

Aspectos Gerais Políticos e Militares do Foquismo em Cuba (1953-1959)



Herédias, Lorena Delduca

Lorena Delduca Herédias

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Hoplos Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

Universidade Federal Fluminense, Brasil

ISSN: 2595-699x

Periodicidade: Semestral

vol. 4, núm. 6, 2020

revistahoplos@gmail.com

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/816/8164331004/>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento Pela Mesma Licença.

Resumo: A Revolução Cubana e a teoria do foco têm importante papel para os estudos sobre guerra e paz e, sobretudo, para os Estudos Estratégicos, portanto é imperativo pesquisar as configurações militar e política do foquismo. Este artigo se propõe a discutir as formas gerais das organizações militar e política dessa modalidade de guerra em Cuba, entre 1953 e 1959. Para esta pesquisa, foram utilizadas fontes primárias, como Guerrilla warfare, de Che Guevara, Revolution in the Revolution, de Debray, e La historia me absolverá, de Fidel Castro. Além disso, livros, teses, dissertações e artigos também foram bases deste estudo, que é descritiva e privilegiou reflexões com base em estudos qualitativos. Este artigo foi dividido em três seções. A primeira, aborda as terminologias e classificações das guerras irregulares, de modo a se compreender o nicho teórico no qual o foquismo está inserido. A segunda, discorre sobre as questões domésticas da Revolução, resgatando fatores históricos desde a queda de Geraldo Machado até as operações armadas entre 1953 e 1959. Por fim, serão discutidas as formas gerais das organizações militar e política dessa modalidade de guerra em Cuba, entre 1953 e 1959, focando, especialmente, nos escritos de Guevara e Debray.

Palavras-chave: Guerras irregulares, Foquismo, Revolução Cubana, Debray, Militar.

Abstract: The Cuban Revolution and focus theory have an important role for studies about war and peace and, specially, for Strategic Studies, therefore it is imperative to research the military and political settings of the focus theory. This article proposes to discuss general patterns of military and political organizations of this war modality in Cuba, from 1953 to 1959. For that matter, primary resources were used, like Che Guevara's Guerrilla warfare, Debray's Revolution in the Revolution, and Fidel Castro's La historia me absolverá. Furthermore, books, tesis, dissertations and articles also were basis to this study, which is descriptive and privileged reflexions based on qualitative studies. This article was divided in three sections. Firstly, it addresses irregular wars terminologies and classifications, in order to understand the theoretical niche in which focus theory is inserted. Secondly, it is discussed the Revolution's domestic issues, searching historic factors from the fall of Geraldo Machado to the armed operations between 1953 and 1959. Finally, the article approaches general patterns of military and political organizations, between 1953 and 1959, focusing, mainly, in the writings of Debray and Guevara.

Keywords: Irregular wars, Focus theory, Cuban Revolution, Debray, Military.

1 INTRODUÇÃO

O sentimento revolucionário latino-americano tem como origem os processos de independência em relação aos impérios ibéricos, fazendo com que houvesse uma busca por superação dos problemas estruturais causados pela exploração por parte das metrópoles (CORDEIRO, 2010). A construção de uma identidade latino-americana também é marcada pelos conflitos com os estadunidenses, em razão de suas proposições expansionistas que surgiram ainda no século XIX, a partir da Doutrina Monroe. Os ressentimentos que foram gerados por meio da interferência dos Estados Unidos nos países da região impactaram o comportamento das esquerdas do subcontinente, o que vai influenciar diretamente os movimentos de resistência na América Latina nas décadas de 1950 e 1960 (CORDEIRO, 2010).

Mário Maestri (2010) afirma que houve uma transição da força motriz das insurgências nas Américas dos séculos XVII a XIX – motivadas pela defesa das etnias e formação de nacionalismos – para insurgências em oposição à luta de classes – mais recorrentes ao longo do século XX. Esses eventos nos primeiros séculos de colonização, como a resistência do Quilombo dos Palmares e a insurreição de Túpac Amaru II, determinaram a história da região. O autor afirma ainda que, apesar de toda essa representação na história do continente americano, as classes dominadas foram controladas e não obtiveram resultados substanciais no que concerne às formas de exploração, então a crise do colonialismo se resolveu a partir da formação de oligarquias crioulas.

O paradigma revolucionário latino-americano, portanto, percorreu a história do subcontinente e foi marcado pelas leituras acerca da Revolução Francesa de 1789, as quais produziram o mito da revolução, sendo que esta atualiza as imagens de tal mito em acordo com tempo e espaço (AGGIO, 2008). Nesse sentido, a Revolução Cubana, em 1959, em um cenário de Guerra Fria, inaugura uma nova inspiração às esquerdas da América Latina rebelando-se contra uma nova forma de imperialismo imbricado ao comportamento estadunidense (AYERBE, 2004). Assim, a construção do nacionalismo cubano está muito vinculada à retração de um colonialismo ibérico associada ao modelo imperialista que surgia nos Estados Unidos nos fins do século XIX, o qual combinava uma política externa caracterizada por intervenção e um prolongamento internacional de uma economia baseada nos interesses privados estadunidenses (AYERBE, 2004).

Nesse contexto, após a tomada do poder de Fulgencio Batista por Fidel Castro Ruz e o núcleo guerrilheiro, Cuba alcançou o protagonismo da luta armada latino-americana e influenciou movimentos revolucionários em outros países da região, tanto por meios ideológicos quanto de ação. Desse modo, Régis Debray, um jovem intelectual francês, acompanhou Ernesto Che Guevara nas suas atividades e foi o maior responsável pela compilação das principais estratégias e táticas foquistas, conformado em *Revolution in the Revolution*, de 1967. Isso foi com o intuito de exportar os preceitos insurgentes da ilha ao subcontinente e consolidar Cuba como o centro revolucionário da América Latina, o que foi oportunizado pela Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), instituição criada em 1967 (DEBRAY, 1967).

Tendo em vista o significado da Revolução Cubana para os estudos sobre guerra e paz e, sobretudo, para os Estudos Estratégicos, faz-se imperativo investigar as configurações militar e política do foquismo. Assim, este artigo se propõe a discutir as formas gerais de organizações militar e política dessa modalidade de guerra em Cuba, entre 1953 e 1959. Para esta pesquisa, foram utilizadas fontes primárias, como *Guerrilla warfare*, de Guevara, *Revolution in the Revolution*, de Debray, e *La historia me absolverá*, de Castro. Além disso, livros, teses, dissertações e artigos também foram base desta pesquisa, que é descritiva e privilegiou reflexões com base em estudos qualitativos.

Este artigo foi dividido em três seções. A primeira, aborda as terminologias e classificações das guerras irregulares, de modo a se compreender o nicho teórico no qual o foquismo está inserido. A segunda, discorre sobre as questões domésticas da Revolução, resgatando fatores históricos desde a queda de Geraldo Machado até as operações armadas entre 1953 e 1959, dado que, como será visto, as revoluções somente são compreendidas a partir da reconstrução histórica do fenômeno. Por fim, serão discutidas as formas gerais de organizações militar e política dessa modalidade de guerra em Cuba, entre 1953 e 1959, focando, especialmente, nos escritos de Guevara e Debray.

2 GUERRAS IRREGULARES

O fenômeno da guerra irregular, embora seja o tipo mais antigo de se combater, é profundamente complexo e objeto de inúmeros dissensos, sobretudo quanto às suas terminologias. De acordo com Reis Friede (2009), o caráter irregular de uma guerra está relacionado à natureza do conflito, e, nessa linha, Fernando Leal (2011) infere que, em razão dos vários sinônimos dados à essa forma de conflito, a guerra irregular se refere a todo tipo de guerra que não seja convencional. Assim, para Leal (2011), o que diferencia a guerra irregular/não convencional das guerras tradicionais é o uso de forças irregulares, de métodos não convencionais e de meios para subverter e desgastar o adversário física e psicologicamente, buscando minar a legitimidade que o inimigo tem na população.

Andrew Korybko (2015), por sua vez, compreende a guerra irregular – que seria o terrorismo propriamente dito – imerso no universo de guerras não convencionais, as quais incluem também guerrilha, insurreição urbana e sabotagem. Para esse autor, a guerra não convencional não surge de forma espontânea, uma vez que é a continuação de conflitos já existentes dentro de uma sociedade, e visa derrubar o governo. A sua definição de guerra não convencional é: “[...] qualquer tipo de força não convencional (isto é, grupos armados não oficiais) envolvida em um combate largamente assimétrico contra um adversário tradicional” (KORYBKO, 2015, p. 6). Esse formato de guerra seria uma fase posterior (mais rígida) ao que Korybko (2015) chama de “Revolução Colorida”¹, junção que daria bases à teoria das guerras híbridas, uma terceira forma de interferência militar, segundo o autor.

James Kiras (2002) infere que os insurgentes das guerras irregulares se articulam por meios como mobilidade e anonimato para vencer o seu adversário, e essa vitória é medida em décadas e depende de tempo, espaço, legitimidade e apoio (nacional e internacional). Essas quatro dimensões são trabalhadas simultaneamente, o que significa que deve haver o maior êxito e integração possível em todas elas, na medida em que a guerra é dialética e é definida com base na interação entre as forças antagônicas. Essa afirmação de Kiras (2002) faz alusão ao posicionamento de Carl von Clausewitz (2007) de que os resultados de uma guerra dependem da maneira com que cada um dos competidores lida com o choque entre genialidade e fricção.

O tempo, para Kiras (2002), é a dimensão mais importante, visto que está relacionado ao prazo que os insurgentes têm para se organizar, sabotar o adversário e se acoplar às forças convencionais, de modo a assumir o Estado. Isso está muito relacionado ao espaço de luta que é escolhido pelos insurrectos (montanhas e desertos, por exemplo), que são caracterizados pela fácil retirada da força irregular e por compensar a assimetria em número e tecnologia em relação às forças regulares. Por fim, apoio e legitimidade estão intrinsecamente relacionados, posto que os amotinados necessitam de apoio (como armas, alimentos e informações), mas, sem a percepção de que a violência armada tem um propósito político – ou seja, de que é legítima –, o apoio popular tende a ser baixo, o que enfraquece a campanha.

As guerras irregulares, segundo John Shy e Thomas Collier (2003), abarcam as guerras revolucionárias, as quais, por sua vez, abarcam as guerras de guerrilhas. Para os autores, o estudo das revoluções só se tornou importante objeto de debate após a segunda metade do século XX, dado que os teóricos e estrategistas, de maneira geral, buscaram atender aos interesses dos seus respectivos Estados, e estes estão mais preocupados em guerrear entre si. Até então, a centralidade do Estado moderno era evidente nas disputas militares e reagia

fortemente sobre os interesses dos insurgentes, até mesmo para a sua consolidação enquanto instituição. Nesse sentido, os resultados catastróficos das duas grandes guerras, o colapso do sistema internacional vigente daquele período, o declínio dos impérios e o surgimento de novos Estados (geralmente, frágeis) conformam um conjunto de razões para essa nova configuração de teoria militar (SHY; COLLIER, 2003).

Shy e Collier afirmam que há uma série de definições da guerra revolucionária. Assim, os autores a definem como a “[...] tomada do poder pelo uso da força armada [...] e implica também alto grau de conscientização de que uma guerra ‘revolucionária’ está sendo travada” (SHY; COLLIER, 2003, p. 470). Esse modelo de guerra não segue as características das guerras tradicionais entre Estados, visto que é um ato inerente ao âmbito interno das nações e visa à tomada do poder estatal, embora haja uma dificuldade muito grande em se distinguirem esses dois tipos de conflito armado. Uma outra característica é que o objetivo político revolucionário é substancial às guerras insurrecionais, no entanto os meios estratégicos, os quais delinham as suas diversas modalidades, como os métodos das guerrilhas, são fatores de segunda ordem (SHY; COLLIER, 2003).

Um expoente da guerra revolucionária é Sun Tzu (2008), que escreveu há 500 anos a.C. sobre táticas de guerra que se assemelham muito às das guerras insurrecionais, como dispersão, adaptação rápida dos ataques/defesa de acordo com as circunstâncias e concepção de que exércitos menores podem ganhar uma guerra se bem utilizarem as estratégias. Sun Tzu (2008) tinha uma visão de que as ações na guerra devem servir aos interesses do Estado² e que, no campo de batalha, o comandante não precisa se submeter ao soberano – o governante planeja, ao passo que o comandante executa dentro das possibilidades da luta. Outro expoente foi Thomas Edward Lawrence (“Lawrence da Arábia”), teórico e executor das operações da Revolta Árabe contra a dominação otomana (1916-1918), defendendo a dimensão política da guerra e indicando estratégias guerrilheiras, como sabotagem, batida e retirada e propaganda (SHY; COLLIER, 2003).

Mao Tsé-Tung (1975a), por sua vez, aprofunda-se mais na guerra de guerrilhas, compreendendo-a como uma força de apoio às forças regulares na vitória na guerra contra o Japão. Para ele, a principal justificativa para a utilização das guerrilhas seria a China ser um país grande e fraco lutando contra um país pequeno e forte (Japão), o que leva, naturalmente, a problemas estratégicos e táticos que poderiam ser resolvidos com a aplicação da combinação de forças regulares e irregulares contra o oponente. Assim, as guerrilhas deveriam ser utilizadas como forças independentes e externas às linhas regulares e, dado o caráter prolongado dessa guerra, assumiriam tarefas que não são usuais, tendo que resolver problemas como os de bases de apoio e de desenvolvimento da guerra de guerrilhas em guerras de movimento. Portanto, para Mao (1975a), a guerra de guerrilhas, com características que lhes são próprias, havia rompido a sua função tática e passado a ser estratégica e assumia os seguintes princípios:

- 1) iniciativa, flexibilidade e plano na condução duma acção ofensiva durante a guerra defensiva, na acção de decisão rápida no decurso da guerra prolongada, e na acção no exterior das linhas na guerra no interior das linhas; 2) coordenação com a guerra regular; 3) criação de bases de apoio; 4) defensiva estratégica e ofensiva estratégica; 5) desenvolvimento da guerra de guerrilhas em guerra de movimento; 6) relações justas de comando. (TSÉ-TUNG, 1975a, p. 57).

Essa definição de Mao perpassa os limites das guerras tradicionais e é compreendida por ele mesmo como algo singular na história das guerras, o que ele chama de Guerra Popular Prolongada (GPP). O autor considera, ainda, que a guerra é a continuação da política por meios violentos, admitindo a noção clausewitziana de guerra e inferindo que “[...] a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra, política sangrenta” (TSÉ-TUNG, 1975b, p. 120). Esse aspecto remonta ao traço popular inerente à GPP, na medida em que o que poderia sanar a carência de poderio bélico seria a população chinesa compreender quais são os objetivos políticos da guerra contra o Japão e se engajar na luta, o que denotava a necessidade de um programa político acessível ao povo e de propaganda (TSÉ-TUNG, 1975b).

A doutrina maoísta influenciou diretamente o formato das guerras irregulares que se desencadeariam a partir dali, como as guerras pela descolonização na Ásia e África, a luta contra a intervenção estadunidense

na República do Vietnã e a Revolução Cubana (FERREIRA, 2012). Visto isso, na posição de Flávia Castro e Frederico Costa (2015, p. 70), as guerras irregulares abarcam “[...] um conjunto heterogêneo de conflitos armados dotados de dimensões culturais, sociais e econômicas diferenciadas”, o que torna difícil a sua classificação. De forma complementar, segundo Kiras (2002), mesmo que haja essa diversidade, o intuito é sempre alcançar poder político. Castro e Costa (2015) assumem, então, que a guerrilha é parte do conjunto das guerras irregulares, as quais ainda têm como partes o terrorismo, a guerra revolucionária, a guerra de resistência/libertação nacional e a contrainsurgência.

Em suma, destarte o debate proposto e para fins metodológicos, entende-se, em consonância com Shy e Collier (2003), que a guerrilha tem caráter irregular e está imersa no universo das guerras revolucionárias, as quais são parte das guerras irregulares. Nestas, verifica-se que “[...] os adversários seriam assimétricos nas capacidades e no lado mais fraco, geralmente um grupo não-estatal busca alcançar a mudança política através da luta contra um adversário mais forte”, conforme definido também por Castro e Costa (2015). Dito isso, entende-se, ainda, que o foquismo é uma variação da guerra de guerrilha e, como a teoria do foco é o cerne desta investigação, será analisada na última seção com maior profundidade. No entanto, conforme a posição de Korybko (2015) de que as guerras não convencionais são um desencadeamento de eventos anteriores ao combate propriamente dito, faz-se importante resgatar as origens mais recentes dos conflitos domésticos cubanos.

3 REVOLUÇÃO CUBANA

As peças que vão dar vazão para a Revolução Cubana começam a se mover nas tensões internas que surgiram na Revolução de 1933, ponto culminante do movimento insurrecional engendrado pelo operariado cubano para a derrubada da então ditadura de Geraldo Machado – que entrou em 1925 por meio de um golpe –, ascendendo à Presidência Manuel de Céspedes (MIRES, 2011). Nesse processo, à parte a centralidade do movimento operário, Fernando Mires (2011) explica que o Diretório Estudantil Universitário foi um catalisador da insurgência antimachadiana, o qual teve um enfrentamento direto com a ditadura do período por meio de lutas armadas urbanas e rurais. Outro grupo foi o ABC, influenciado pelo fascismo de Mussolini e defensor da construção de um Estado corporativista, fundado sob o desenvolvimento da indústria local e um nacionalismo fundamentalmente antiamericano.

O Partido Comunista (PC), nesse ano, foi contra as manifestações, mas também rejeitou o novo governo, porém, após 1935, passou a fazer parte do governo e a apoiar Batista e se aliou ao Partido Socialista Popular nas eleições presidenciais de 1939 – nas quais Batista foi eleito (MAESTRI, 2010). De acordo com Maestri (2010), essa posição do PC foi seguindo as ordens da Internacional Comunista, sob fortes influências de Stalin, para aliança entre trabalhadores e burgueses progressistas, impactando, negativamente, a imagem do Partido na organização da luta armada contra Fulgencio Batista, nos anos de 1950.

Em 1933, o governo provisório³ também suscitou rejeição por parte do Diretório e revoltas na suboficialidade do Exército, já enfraquecido desde Machado, culminando na derrubada de Céspedes, e é nesse momento em que o cabo Batista ganha notoriedade. Após a destituição, os sargentos entregaram o poder a Ramon Grau San Martin, que teria como principal desafio unificar a fragmentação dos poderes que havia se dado durante a ditadura machadista (MIRES, 2011). No entanto Martin, diante do aprofundamento das tensões, abandonou o cargo em 1934, sendo substituído pelo coronel Mendieta, governo conhecido por “batistiano sem Batista”, em razão do alto grau de influência que Batista exercia sobre as tomadas de decisão (AYERBE, 2004).

A partir de 1940, Fulgencio entra oficialmente para a Presidência, onde fica até 1944 (quando assume, novamente, San Martin, até 1948). Mires (2011) destaca que o novo líder não era visto como uma continuidade de Machado, embora fosse autoritário, em razão de ser um produto da Revolução de 1933 e devido à sua origem operária – assim como a dos soldados – e à aceitação de negros nas Forças Armadas.

Nesse aspecto, o autor afirma que esse novo regime se aproximava muito do bonapartismo, na medida em que era “[...] um Estado militar que surge assumindo um papel arbitrário entre as classes, devido à existência de uma crise hegemônica no poder” (MIRES, 2011, p. 291, tradução da autora)⁴.

Em 1947, em início da Guerra Fria, o Partido Revolucionário Cubano (PRC)⁵ fracionou-se e deu origem ao Partido do Povo Cubano (PPC) (MAESTRI, 2010)⁶. Segundo Luiz Fernando Ayerbe (2004), o PPC estava em crescente ascensão, possibilitando, inclusive, a eleição Roberto Agramonte, em 1952, o que levou Fulgencio, apoiado pelos Estados Unidos, a efetuar um golpe militar nesse mesmo ano⁷. O impedimento das eleições, somado às turbulências que o país vivia nas duas últimas décadas, levou ao desencadeamento de resistência por meio da luta armada como instrumento político. Os desdobramentos das tensões internas cubanas vão inaugurar uma nova fase da história latino-americana (AYERBE, 2004), e os métodos guerrilheiros foquistas irão influenciar as insurgências latino-americanas (CORDEIRO, 2010). Mires (2011) discorre que Batista, ao planejar e implementar o golpe de Estado, havia calculado mal os seus privilégios de então, visto que, nos anos de 1930, ele havia se consolidado a partir de uma onda antimachadista e com apoio da suboficialidade militar. Entretanto, nos anos de 1950, embora o governo de Socarrás não fosse muito popular, o assalto ao poder era contra um governo legítimo. Nesse sentido, resgata-se um imaginário revolucionário dos anos de 1930 de a luta armada ser o principal instrumento para a retomada do poder, o que era endossado por parlamentares e imprensa oficial, surgindo, então, os primeiros grupos armados paramilitares nas universidades. O autor apreende, ainda, que a relação entre o movimento estudantil e o Partido Ortodoxo foi a precursora de uma tendência política que é fundamentada em três premissas:

[...] a primeira levantou a necessidade de se restaurar as antigas liberdades democráticas; a segunda era uma diferenciação nítida em relação ao Partido Auténtico, a fim de impedir que este monopolizasse a legitimação da luta antiterrorista; a terceira, de acordo com as tradições herdadas dos anos de 1930, na luta contra Machado, levantava a urgência de se recorrer às armas a fim de apoiar um eventual movimento de massas. (MIRES, 2011, p. 301, tradução da autora).⁸

Tendo em vista isso, em 26 de julho de 1953, 165 militantes do Partido Ortodoxo mais radicalizados, como Fidel Castro, tentaram tomar os quartéis Moncada e Céspedes. A intenção era, a partir disso, incitar a população quando os assaltos tivessem êxito, senão iriam organizar uma guerra de guerrilhas, no entanto o movimento foi imobilizado e os insurgentes foram executados ou presos. Na posição de Florestan Fernandes (2007), esse ataque representou uma nova forma de insurgência, a qual representava a agregação entre ação política e ação militar organizada. Todavia, resgatando a noção de Clausewitz (2007) de que a guerra é dialética e que, portanto, há fricções a serem superadas até que se vença o combate, Ayerbe (2004, p. 30) explica que o erro tático da ação se deu em razão de que:

O confronto armado se deu antes do planejado, precipitado pelo aparecimento inesperado de uma patrulha do Exército que vinha na direção dos carros que se postavam diante do quartel e que aguardavam a abertura das portas por parte do grupo responsável por dominar os guardas. Um dos combatentes abriu fogo contra um soldado que apareceu numa janela e desencadeou o tiroteio num momento em que o grupo de ataque se encontrava em posições vulneráveis ao alcance do fogo inimigo.

Depois do atentado, houve mais de 90 baixas e maioria dos que sobreviveram foi presa, entre eles, Castro, que foi condenado a 15 anos de prisão. Fidel, porém, foi anistiado em 1955, tendo ganhando muito prestígio político após o seu discurso no tribunal de exceção, conhecido como *A história me absolverá*, em 1954, que causou grande comoção no povo. Nesse discurso, o militante apresentou os objetivos do movimento insurrecional, os dados que denunciavam o subdesenvolvimento, a concentração de renda e a miséria na ilha e as transformações que ocorreriam após a queda de Batista (RUZ, 2007). Ayerbe (2004) infere que, entretanto, não havia uma intenção, na fala de Fidel, de confrontar os Estados Unidos, mas, sim, as oligarquias nacionais e o regime político – sendo que este representava aquelas.

O assalto aos quartéis deu origem ao Movimento 26 de Julho, o qual intentou, em 1956, outra insurreição após o desembarque no iate Granma, mas foi derrotado em Alegria del Pio. Castro, Raul Castro, Che Guevara

e mais nove combatentes que sobreviveram se abrigaram na Serra Maestro, zona periférica, isolada e pouco povoada, onde recebeu proteção do campesinato (MAESTRI, 2010). A partir de então, a estratégia passou a ser a busca por apoio da população rural, de modo que, enquanto as forças irregulares fossem avançando, a reforma agrária fosse sendo feita. Simultaneamente, as organizações guerrilheiras nas cidades deveriam recrutar combatentes, a fim de aumentar o número de núcleos guerrilheiros (AYERBE, 2004).

Em 1957, ocorreu o assassinato de Frank País, líder do Movimento, gerando greves espontâneas e movimentações populares, o que desestabilizou o governo e deu maior força aos insurgentes. O Movimento, associado a outras organizações, passou a aderir à insurreição geral como uma forma de derrubar o regime ditatorial de Batista, embora ainda tivesse uma postura de que a pequena burguesia seria a responsável por inflamar os ânimos das massas (AYERBE, 2004). Salienta-se que, para a guerrilha, a classe trabalhadora era a sua principal retaguarda, na medida em que, na visão de Fernandes (2007), a principal luta dos militantes era contra o neocolonialismo e a derrubada de Batista representava mais como uma preparação para a luta contra os Estados Unidos.

Em 1958, estando em ascensão tanto o Movimento quanto uma oposição popular ao regime e o governo em profunda crise, Fidel convocou uma greve geral e assinou o Manifesto de 22 Pontos, designando o Governo Provisório, que seria presidido por Manuel Urrutia Lleó. Essa greve geral, segundo Maestri (2010), fracassou, impactando a atuação do Movimento, no entanto a não adesão da população não representou não oposição ao governo. O autor também observa que as tomadas de decisão do Movimento 26 de Julho foram de acordo com as estratégias, táticas e políticas do próprio Movimento, deixando à margem outras organizações antiditatoriais, inclusive o Partido Comunista (que foi próximo ao governo de Fulgencio) e o Partido Socialista Popular.

Uma ofensiva importante dos guerrilheiros contra as Forças Armadas antes da queda de Batista em 1º de janeiro de 1959 foi em abril de 1958, na Serra Maestro, e durou 35 dias, na qual havia em torno de 280 combatentes, que “se tornaram” 800, contra 10 mil soldados. Nesse sentido, retoma-se o entendimento de que as guerras não convencionais são caracterizadas por pequenos núcleos não oficiais armados contra as forças tradicionais, de modo que haja uma larga assimetria entre os opostos (MAESTRI, 2010). Maestri (2010) explica que houve, nesse ínterim, uma transformação da revolução, em que a insurgência popular do campo e da cidade se fortaleceu por meio de greves, ações armadas e grupos guerrilheiros, por exemplo, o que levou ao maior engajamento do povo e à desmoralização das forças estatais. Assim, para Ayerbe (2004, p. 105),

Havia muito que, ao defrontar-se com população semissublevada, desmoralizados, os soldados negavam-se a sair dos seus quartéis; rendiam-se, mesmo quando superavam fortemente em número os oponentes; abandonavam as armas; saltavam para o outro lado da trincheira. Em verdade, o exército da ditadura ruiu sem sequer ter podido organizar confronto geral com as colunas guerrilheiras, que se avolumavam à medida que evoluíam aguerridas através do país.

Fidel Castro, então, após massacrantes derrotas ao longo dos anos de 1950, chega ao poder em 1959, após uma comunhão entre as forças insurgentes rurais e urbanas e as forças guerrilheiras que derrubou o governo de Fulgencio e reestruturou a política cubana. É importante lembrar, como já foi destacado, que Castro tinha resistência aos princípios comunistas, mas, dada a pressão do bloco ocidental pós-revolução, sobretudo a do vizinho Estados Unidos, e a necessidade de manter a economia do país, se aproximou do bloco soviético (CORDEIRO, 2010).

4 ORGANIZAÇÕES MILITAR E POLÍTICA DO FOQUISMO

Guevara, em *Guerrilla warfare*, inferiu que a vitória armada em Cuba proporcionou uma transformação dos dogmas que direcionavam as massas populares da América Latina, afirmando que seria um meio pelo qual o povo poderia se livrar da opressão do Estado. Para o guerrilheiro, o povo deve compreender que, a partir do momento em que forças opressoras se mantêm no poder em contradição à lei, a paz já estaria sendo quebrada,

o que tornaria inútil qualquer forma de luta por objetivos sociais dentro do debate civil, mas ressaltando que a luta armada só é legítima quando se esgotam os recursos institucionais (GUEVARA, 1998; GORENDER, 1987)⁹. Nesse sentido, o governo é o desencadeador da resistência popular armada, na medida em que é quem gera o descontentamento do povo, a partir da sua nocividade à ordem constitucional (GUEVARA, 1998).

O guerrilheiro considerou que houve três pontos fundamentais que a Revolução Cubana ofereceu para a condução da revolução no continente americano: “1) Forças populares podem vencer uma guerra contra o Exército; 2) Não é necessário esperar até que existam todas as condições para fazer a revolução, a própria insurreição pode as criar; 3) Na América subdesenvolvida, o interior do país é a área básica para a luta armada”¹⁰ (GUEVARA, 1998, p. 7, tradução da autora). Quanto aos pontos 1 e 2, nota-se que a guerrilha¹¹, para Guevara, consistia na crença de as forças populares se sobreporem militarmente às forças regulares e de não esperar que as condições subjetivas e objetivas se dessem de forma mecânica, podendo ser aceleradas. No entanto a guerrilha não daria todas as condições para o movimento revolucionário, devendo ser estabelecido e consolidado um centro de mobilização.

Jacob Gorender (1987) interpreta que a origem da teoria foquista está exatamente em compreender que havia, por um lado, condições objetivas maduras para o avanço da revolução em todos os países da América Latina, devendo haver, por outro lado, o intuito do povo de movimentar uma revolução – condições subjetivas. Nesse aspecto, as condições subjetivas poderiam ser fundamentadas a partir dos focos guerrilheiros, os quais seriam, de acordo com Gorender (1987, p. 80), “[...] como o pequeno motor acionador no grande motor – as massas”. A guerrilha, para Fernandes (2007), acelerou o amadurecimento do regime de classes, oferecendo aos trabalhadores maior possibilidade de transformar as questões políticas que orbitavam o ambiente cubano.

No que concerne ao ponto 3, Guevara (1998) expõe que se trata especificamente da estratégia guerrilheira, indo de encontro às visões ortodoxas de que o movimento das massas se constitui no ambiente urbano. Observa-se que esse ponto se aproxima do que é discorrido por Debray (1967), quando este afirma que deve ser construída de forma mais ou menos lenta uma força móvel estratégica, que seria o núcleo do Exército Popular e também do Estado Socialista, e isso deveria ser feito por meio da transposição das guerrilhas para determinadas zonas rurais, como a Serra Maestra. Tal força estratégica seria originada a partir do foco, que é um grupo de homens jovens, em áreas camponesas e em constante deslocamento, a fim de se proteger da contrainsurgência. Quanto a esse ponto, Gorender (1987, p. 80) expõe que:

O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército (a predileção pelas montanhas denunciava um fácil geografismo). Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva.

Guevara (1998) discorre que há leis científicas da guerra que não devem ser ignoradas, mas que as guerras de guerrilha, embora fossem caracterizadas face aos aspectos sociais e geográficos do espaço territorial da luta, têm as suas próprias leis gerais, as quais devem ser respeitadas, a fim de se alcançar a vitória. Para o guerrilheiro, o apoio da população local, por exemplo, é um componente indispensável, uma vez que isso é o que os diferencia de grupos de gangues, que também possuem “[...] homogeneidade, respeito pelo líder, valor, conhecimento de campo e, frequentemente, boa compreensão das táticas a serem empregadas” (GUEVARA, 1998, p. 10, tradução da autora)¹². Um outro aspecto é que, até que a guerra de guerrilha se torne uma guerra convencional, é importante que não haja batalhas nem combates, mas atividades sigilosas, de traição e com elemento surpresa, que é fundamental para esse tipo de luta.

Nesse contexto, o guerrilheiro discorre que não há um esquema rígido para as operações, posto que há diferentes condições para cada situação, como serem distintos o número de combatentes das unidades funcionais, as armas e o espaço e tempo da ação. O ideal é que cada unidade, o que constitui a coluna, tenha em torno de cem homens, sendo que cada coluna tem um comandante. Na organização cubana do foquismo,

os esquadrões são as unidades funcionais e têm em torno de 8 a 10 homens, sob o comando de um tenente, os quais compõem um pelotão entre 30 e 40 homens, direcionado por um capitão. Os pelotões, por sua vez, estão sob as ordens do comandante e compõem uma coluna. Os esquadrões, uma vez separados, devem continuar seguindo as ordens do seu tenente e deve haver uma definição do sucessor imediato, caso haja baixa de um dos chefes (GUEVARA, 1998).

Guevara (1998) infere ainda que os guerrilheiros devem ser, primordialmente, de origem camponesa e ter conhecimento de terreno, espírito revolucionário e disposição para pegar em armas contra a opressão popular, embora a pequena burguesia intelectual tivesse o papel de direcionadora. Complementarmente, Debray (1967) explana que há duas razões para a supervalorização da guerrilha camponesa. A primeira é que o campo representaria a ação da guerrilha, ao passo que a cidade e os partidos representam o político; e a outra razão é que a cidade está muito distante em termos físicos – para abastecimento com alimentos, por exemplo - e em termos de compreensão do que é uma operação militar. Para o autor, os cidadãos urbanos estão acomodados em uma vida burguesa, o que os afasta do entendimento da vida dos guerrilheiros, os quais vivem sob pressão psicológica e sem acesso a materiais básicos, como alimentos e remédios.

Segundo Debray (1967), a subordinação dos grupos guerrilheiros, tanto estratégica quanto militarmente, a organizações partidárias que não transformaram o seu comportamento em tempos de guerra em relação aos tempos de paz ou o tratamento de tais grupos como ramificações de um partido geram equívocos militares fatídicos. Nesse sentido, levantam-se os pontos do escasso apoio logístico fornecido por essas organizações às guerrilhas e de que as operações militares não são planejadas com meses de antecedência e que não podem estar subordinadas a líderes políticos que não conhecem profundamente as táticas guerrilheiras. O francês infere que deve haver um planejamento das atividades, o que requer uma liderança político-militar preparada – e Fidel Castro representava essa figura.

5 CONCLUSÕES

O foquismo foi uma estratégia que deu caminhos para se reestruturar o Estado cubano e as dimensões políticas, sociais e culturais da ilha. Dessa forma, ainda que houvesse uma maior propensão ao uso da força física para o alcance dos objetivos pensados por Castro e, por extensão, pelo Movimento 26 de Julho, havia intenções políticas atrás da guerrilha. Pode-se dizer que a guerra de guerrilhas cubana se utilizou de meios militares para alcançar os seus objetivos políticos. Isso porque a organização buscava tomar o poder de um líder que não era visto como legítimo, o que daria margens para que a violência pudesse ser usada contra um governo que havia extrapolado os limites institucionais por meio de um golpe.

A forma de organização militar do foquismo foi singular à Revolução Cubana, apesar de ter fortes traços das estratégias pensadas por Mao e Clausewitz, por exemplo, e de ter exportado as suas diretrizes a outros grupos insurrecionais, especialmente aos da América Latina. Uma peculiaridade é o entendimento de que os exércitos irregulares iriam se transformar em um exército regular à medida que a guerrilha fosse ganhando força e legitimidade populares, e, para isso, o amadurecimento do regime de classes seria crucial. No que concerne a isso, pode ser afirmado que as atividades políticas e armadas desde a ditadura de Machado e, até mesmo, a luta para a independência, no fim do século XIX, foram impulsos para a tomada de consciência do povo cubano contra a opressão vivida nos últimos séculos e o engajamento na luta armada.

Fortalece-se ainda mais a dimensão política do foquismo quando se pensa que, após o assalto ao poder em Cuba, os líderes compilaram a teoria do foco e levaram a configuração da sua revolução a outros países. Nesse aspecto, atrás da luta armada, havia uma luta contra o neocolonialismo, o que fazia com que devesse haver uma integração entre os movimentos de resistência mundiais, de modo a enfraquecer o imperialismo, principalmente o dos Estados Unidos. A guerrilha cubana foi, então, precursora no subcontinente na resistência contra os estadunidenses e, também, na derrubada de um governo autoritário por meio da violência. Destarte essa afirmação, faz-se relevante investigar mais profundamente as alterações

do comportamento político dos líderes das guerrilhas, tanto antes de 1959 quanto, sobretudo, depois, dando ênfase à OLAS e aos desdobramentos políticos de reestruturação do Estado cubano.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, A. *Uma nova cultura política*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.
- AYERBE, L. F. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CASTRO, F. R. de; COSTA, F. C. de S. Guerra irregular, Estado e Forças Armadas. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói, v. 1, n. 5, p. 63-80, 2015.
- CLAUSEWITZ, C. von. What is war? In: CLAUSEWITZ, C. von. *On War*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 13-91.
- CORDEIRO, T. R. X. *A cultura política da revolução latino-americana da década de 1960: Régis Debray e o foquismo*. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.
- DEBRAY, R. *Revolution in the revolution? Armed struggle and Political Struggle in Latin America*. [s. l.]: Monthly Review Press, 1967.
- FERNANDES, F. Por que a guerrilha? In: FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo*. A Revolução Cubana. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 113-134.
- FERREIRA, T. B. *Guerra irregular complexa: aspectos conceituais e o caso da Batalha de Vukovar*. 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FRIEDE, R. Guerra Assimétrica Reversa. *História*, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 158-172, 2009.
- GORENDER, J. Receitas para a luta armada. In: GORENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 79-84.
- KIRAS, J. D. Terrorism and irregular warfare. In: BAYLIZ, J. et al. (org.). *Strategy in the contemporary world*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 208-234.
- KORYBKO, A. Aplicação da guerra não convencional. In: KORYBKO, A. *Guerras híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime*. Moscou: People's Friendship University of Russia, 2015. p. 58-76.
- LEAL, F. D. A guerra irregular – a conspiração do silêncio no século XXI?. *Revista Militar*, [s. l.], ago./set. 2011.
- MAESTRI, M. “Volveremos a la montaña!” Sobre o foquismo e a luta revolucionária na América Latina. *História: Debates e Tendências*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 96-121, jan./jun. 2010.
- MIRES, F. Cuba: entre Martí y las montañas. In: MIRES, F. *La revolucion permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2011.
- RUZ, F. C. *La historia me absolverá*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.
- SHY, J.; COLLIER, T. W. Guerra revolucionária. In: PARET, P. (ed.). *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 2.
- SUN TZU. *A arte da guerra*. Os treze capítulos. 2. ed. São Paulo: Cirando Cultural, 2008.
- TSÉ-TUNG, M. Problemas estratégicos da guerra de guerrilhas contra o Japão. [maio de 1938]. In: TSÉ-TUNG, M. *Obras escolhidas de Mao Tsé-Tung*. 2. ed. Pequim: Edições do Povo, 1975. Tomo II. p. 54-83.
- TSÉ-TUNG, M. Sobre a guerra prolongada. [maio de 1938]. In: TSÉ-TUNG, M. *Obras escolhidas de Mao Tsé-Tung*. 2. ed. Pequim: Edições do Povo, 1975b. Tomo II. p. 84-155.

NOTAS

- 1 Segundo a definição de Korybko (2015, p. 6), “Revolução Colorida como tentativa de golpe brando, que é logo seguida de um golpe rígido, por intermédio de uma Guerra Não Convencional, se o primeiro fracassar”.

- 2 Na edição de *A arte da guerra* utilizada para esta pesquisa, é usada a palavra “Estado”, embora não haja reconhecimento, por parte da autora, de que, há 2.500 anos, a forma de sistema político e administrativo da sociedade, sobretudo no chamado Oriente, fosse o Estado.
- 3 É importante destacar que Cuba teve oito presidentes entre 12 de agosto de 1933, após a destituição de Machado, e 24 de dezembro de 1936, com a entrada de Federico Laredo Brú, entre eles alguns que governaram apenas alguns dias. Além disso, entre 5 e 10 de fevereiro de 1933, assumiu a pentarquia de Cuba, uma associação entre os sargentos para escolher o novo presidente. Nesse sentido, tendo em vista a objetividade, serão mencionados, aqui, apenas os que obtiveram maior importância para o objeto de estudo desta pesquisa.
- 4 Do original: “[...] un Estado militar que surge asumiendo un papel arbitral entre las clases debido a la existencia de una crisis hegemónica en el poder”.
- 5 “Partido Autêntico”, fundado por José Martí, em 1892, com programa nacionalista-burguês (MAESTRI, 2010).
- 6 Segundo Maestri (2010), o “Partido Ortodoxo” foi fundado por Eduardo Chibás (político populista, moralista, anti-imperialista e anticomunista), em 1947, com programa burguês-reformista e moralizador. O slogan do Partido nas eleições de 1952 era “Prometemos não roubar”. Fidel Castro foi candidato a deputado por esse partido em 1952.
- 7 Nesse período, o presidente era Carlos Prío Socarrás, que governou de 1948 a 1952.
- 8 Do original: “[...] la primera planteaba la necesidad de restaurar las antiguas libertades democráticas; la segunda era una diferenciación tajante con el Partido Auténtico, a fin de impedir que éste monopolizara la legitimación de la lucha antidictatorial; la tercera, de acuerdo con las tradiciones heredadas de los años treinta en la lucha contra Machado, planteaba la urgencia de recurrir a las armas a fin de secundar un eventual movimiento de masas.”
- 9 Gorender (1987, p. 80) destaca que, em escritos posteriores a *Guerrilla warfare*, Guevara anula a sua ressalva de que o foquismo não deveria ser implementado em países nos quais há regimes constitucionais, transformando “[...] a guerrilha rural na forma absoluta de ação revolucionária”.
- 10 Do original: “1) Popular forces can win a war against the army; 2) It is not necessary to wait until all conditions for making revolution exist, the insurrection can create them; 3) In underdeveloped America the countryside is the basic area for armed fighting.”
- 11 O termo “foco” não é utilizado por Guevara no livro utilizado para esta pesquisa, este termo é empregado por Régis Debray, embora se trate do mesmo tipo de organização militar.
- 12 Do original: “[...] homogeneity, respect for the leader, valor, knowledge of the ground, and, often, even good understanding of the tactics to be employed.”